

OPINIÃO

Brasília, terça-feira, 1 de outubro de 1996 17

O NACIONALISMO E A AMAZÔNIA

Jarbas Passarinho

Rejubilo-me ao ver tantos defensores que a nossa Amazônia tem hoje. No passado não muito distante, não os havia. Nós nos considerávamos como se fôssemos uma área ocupada pela potência chamada Brasil. Muitas vezes, no Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, tive oportunidade, troçando, ao abrir uma conferência para organizações militares em visita, de dizer assim: "O Brasil, país amigo mais próximo..." Subitamente, tomou-se consciência da importância da região Norte. No Exército, a impetuosidade do general Rodrigo Otávio transferiu a sede do Comando Militar para Manaus, o que se seguiu a transferência de unidades militares, especialmente de Engenharia, distribuídas estrategicamente pelo arco Oeste. Nossos oficiais, que anteriormente iam treinar guerra na selva do Panamá, por cortesia dos Estados Unidos, que têm lá uma grande unidade, passaram a ter seu adestramento no Centro de Instrução especializado, em Manaus. Hoje, é uma unidade de elite, treinando os efetivos de infantaria de selva, suponho. Livramo-nos da dependência estrangeira, nós que, ao tempo da Segunda Grande Guerra, tínhamos uma única bateria de Artilharia de campanha, em Belém, incapaz de cumprir sua missão na selva. E ainda nosso equipamento e nosso uniforme eram os mesmos padronizados para a tropa terrestre do Sul como de todas as regiões brasileiras. Os mais curiosos liamos notícias da guerra na selva do Pacífico, onde os americanos começavam dar-se conta da necessidade de equipamento e armamento compatível com o combate nas ilhas próximas do mar do Japão.

No governo Juscelino, rasgou-se a Belém-Brasília, de modo aventureiro, mas que deu bom resultado. Em meu primeiro discurso no Senado, em março de 67, tive a decência de salientar quanto ficáramos a dever a JK, que entretanto era um político cassado e cujo nome era um tabu, para a Comissão Geral de Investigação.

No governo Médici, tive a oportunidade de desempenhar, a convite do presidente, papel decisivo para a decisão de construir a Transamazônica. Combatida por uma oposição míope e envenenada ideologicamente, a estrada foi considerada "obra faraônica", infelizmente mais tarde quase abandonada, mas que tem hoje, às suas margens, uma população expressiva e produtiva.

Ainda no governo Castello Branco, o bilionário americano Ludwig foi estimulado a lançar-se, com certo grau de excentricidade, na execução do Projeto Jari e na construção da primeira fábrica de celulose de porte, na Amazônia. Os nacionalistas epidérmicos logo

gritaram que ali estava uma grave ameaça à soberania nacional, e um iminente enclave norte-americano no Brasil. Lembro-me de haver dito, em debate há anos, no auditório do Basa, que se tranquilizassem os xenófobos, pois o destino final do Projeto Jari seria a sua posse pelos brasileiros. Se Cuba podia desafiar os Estados Unidos, a 90 milhas de distância da Flórida, não seria um país da importância do Brasil que deveria temer o já ultrapassado colonialismo de ocupação territorial. Hoje, o Projeto é dirigido por brasileiros, enquanto Ludwig perdeu na sua tentativa ousada, alguma coisa da ordem de um quarto de bilhão de seus dólares.

Agora os patriotas exaltados cultivam o que o presidente Castello chamava de "estratégia do medo". Afirmam que a demarcação da terra indígena ianomâmi é o novo e gravíssimo perigo para o desmembramento territorial do Brasil, com criação de uma nação ianomâmi. Publica a Biblioteca do Exército um livro sob título *A farsa Ianomâ-*

mi, que leva o presidente do Clube Militar, meu velho colega de turma da Escola de Estado-Maior, a dizer-me que, após a leitura do livro, concluíra que as tribos ianomâmis jamais existiram! Nega-se assim uma presença imemorial, e não apenas tradicional e permanente, de uma população ianomâmi confirmada historicamente, sem qualquer discrepância, no caso, de um só antropólogo. Daí se conclui que isso tudo não passa de uma invenção de cobiçosos estrangeiros que pretendem apossar-se da Amazônia. Publicam artigo de um certo embaixador aposentado, ultrapatriota, afirmando que neste ano da graça do Senhor já estaria decidida, pela ONU, em reunião em Bruxelas, a criação de áreas indígenas autônomas e independentes. Ouvido o ministro das Relações Exteriores, a sua resposta foi taxativa: "Nunca existiu essa resolução nem há em curso proposta semelhante". Apesar da negativa frontal, não se conseguiu publicar a verdade na mesma publicação que tem como público os militares.

Quando Tavares Bastos bateu-se pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional, os ultra daquele tempo o indigitaram de criminoso de lesa-pátria. Quando Humboldt, que estava nos Andes, pediu permissão para entrar no Brasil, para estudar a floresta que ele batizou de Hiléia, os conselheiros patriotas amedrontados e suspeitos das intenções daquele alemão fizeram com que um edito real lhe barrasse a entrada no Brasil. Hoje, quando se faz referência à Hiléia e à "Amazônia celeiro do mundo", pouco sabem que são designações que devemos a quem só conhece a floresta equatorial do outro lado de nossas fronteiras.

Haverá alguém que escreverá, no futuro que espero próximo, que os patriotas epidérmicos de hoje serão citados, similarmente aos mesmos casos sobre os quais escreve, como exemplos dos cultivadores da "estratégia do medo".

■ Jarbas Passarinho, presidente da Fundação Milton Campos, foi ministro de Estado, governador e senador

